

## **Manifesto pela igualdade de gênero na educação**

20 de Junho de 2015

Por Marina Kubik

Temos visto explodir Brasil afora a discussão sobre a possibilidade de se incluir a perspectiva de gênero na educação (escrevi recentemente sobre o PME de São Paulo). Os argumentos contrários à implementação desses elementos na formação de docentes são extremamente simplistas e levianos: "gênero" anularia "identidades" de meninos e meninas e passaria "por cima" dos valores familiares. Nada pode ser mais falso.

Reproduzo abaixo um manifesto de grupos de pesquisa em defesa da igualdade de gênero na educação. Como diz o texto, "falar em uma educação que promova a igualdade de gênero não significa anular as diferenças percebidas entre as pessoas (o que tem sido amplamente distorcido no debate público), mas garantir um espaço democrático onde tais diferenças não se desdobrem em desigualdades".

A desigualdade de gênero existe, minha gente. E ela se materializa em nosso cotidiano. Ou as mulheres não são as principais responsáveis por limpar as casas e são assassinadas principalmente por maridos, ex e atuais? E os gays não vivem com medo de demonstrarem seu afeto nas ruas? E não temos casos e mais casos de execução de trans?

Não discutir e não perceber as relações de gênero nos corredores escolares, que são um microcosmos da nossa sociedade, é sermos coniventes com a manutenção dessa violência. E sim, essa também é a violência que atira a pedra na menina candomblecista. Trata-se da mesma intolerância com o/a/x outrx. São algumas pessoas que querem impedir que outrxs tenham suas crenças e individualidades, e não quem estuda gênero e diversidades.

### **Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras**

Enquanto grupos de pesquisas, instituições científicas e de promoção de direitos civis, as instituições abaixo assinadas vêm a público manifestar repúdio à forma deliberadamente distorcida que o conceito de gênero tem

sido tratado nas discussões públicas e denunciar a tentativa de grupos conservadores de instaurar um pânico social, banir a noção de “igualdade de gênero” do debate educacional e reificar as desigualdades e violências sofridas por homens e mulheres no espaço escolar.

Signatário dos principais documentos internacionais de promoção da igualdade (como a Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Campanha pela igualdade e direitos de população LGBT da ONU), o Brasil acompanhou a institucionalização dos estudos de gênero enquanto um profícuo campo científico nas últimas décadas e conta hoje com centros de pesquisas interdisciplinares reconhecidos internacionalmente. As discussões de gênero ganharam legitimidade científica nas maiores universidades brasileiras a partir dos anos 1970 e, desde então, têm norteado políticas públicas para garantia de igualdades constitucionais.

Ao contrário de “ideologias” ou “doutrinas” sustentadas pela fundamentação de crenças ou fé, o conceito de gênero está baseado em parâmetros científicos de produção de saberes sobre o mundo. Gênero, enquanto um conceito, identifica processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder. E é, nesse sentido, que o conceito de gênero tem sido historicamente útil para que muitas pesquisas consigam identificar mecanismos de reprodução de desigualdades no contexto escolar.

Embora a Constituição Federal Brasileira de 1988 garanta, em seu Artigo 6º, que a Educação é um direito irrevogável de todas e todos e assegure a igualdade de condições para acesso e permanência escolar, pesquisas mostram que esse direito é constantemente violado a partir das estruturas hierárquicas de gênero. Um exemplo de como a desigualdade de gênero se correlaciona com a educação tem sido visto em pesquisas que identificam o “fracasso” e as altas taxas de evasão escolar dos meninos como consequência dos referenciais de masculinidades difundidos socialmente. Uma identidade masculina baseada na agressividade e na indisciplina tem cada vez mais afastado os meninos dos bancos escolares (37,9% deles segundo dados do IBGE em 2011), negando-lhes seu direito à educação e reproduzindo uma cultura da violência. Professoras são vítimas de agressões em sala de aula, meninas são estupradas por seus colegas de

turma e meninos são afastados das escolas neste ciclo de desigualdade perpetuado por noções hierarquizadas do que é ser homem ou mulher. Também são notáveis, por outro lado, as pesquisas que mostram o quanto a discriminação de gênero contra as pessoas que fogem dos padrões socialmente estabelecidos de identidade ou sexualidade tem desencadeado processos institucionalizados de discriminação, agressões e exclusão escolar: as violências contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis, mulheres transexuais e homens trans excluem essa população do direito constitucional à educação e contribuem para as estatísticas que fazem do Brasil um dos países mais inseguros para pessoas LGBT (conforme demonstra o relatório do Grupo Gay da Bahia de 2012 e o relatório de violência homofóbica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República).

Quando se reivindica, então, a noção de “igualdade de gênero” na educação, a demanda é por um sistema escolar inclusivo, que crie ações específicas de combate às discriminações e que não contribua para a reprodução das desigualdades que persistem em nossa sociedade. Falar em uma educação que promova a igualdade de gênero, entretanto, não significa anular as diferenças percebidas entre as pessoas (o que tem sido amplamente distorcido no debate público), mas garantir um espaço democrático onde tais diferenças não se desdobrem em desigualdades. Exigimos que o direito à educação seja garantido a qualquer cidadã ou cidadão brasileira/o e, para isso, políticas de combate às desigualdades de gênero precisam ser implementadas.

Além disso, é preciso ainda ressaltar que, acima das negociações legislativas locais, a Constituição Nacional Brasileira de 1988 estabelece também que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” e o ensino deve estar baseado no princípio de liberdade de divulgação do pensamento e do pluralismo de ideias. Assim, não cabe às esferas locais de decisão realizar ocultamentos, censuras ou proibições de discussões reconhecidas no campo científico e, muito menos, a imposição de uma visão de mundo delimitadora nos currículos escolares. Em defesa do pluralismo de saberes e do reconhecimento do campo científico nacional e internacional, defendemos que é um direito fundamental das/os estudantes brasileiras/os o acesso aos conhecimentos e pesquisas produzidos pelos estudos interdisciplinares sobre o conceito de gênero. Nossa defesa é por uma educação democrática, inclusiva e, também, que repudie qualquer forma de censura.

Assinam:

ABA – Associação Brasileira de Antropologia  
ABEH Associação Brasileira de Estudos da Homocultura  
CEM – Centro de Estudos da Metrópole – USP e CEBRAP/São Paulo  
Centro Acadêmico de Serviço Social – UNIOESTE/Paraná  
CLAM – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos –  
UERJ/ Rio de Janeiro  
Colegiado do Curso de Ciências Sociais da UNIOESTE – Campus de Toledo/  
Paraná  
Coletivo ASA – Artes, Saberes e Antropologia – USP/São Paulo  
Coletivo Feminista Filhas da Luta – UNIPAMPA/ Rio Grande do Sul  
Comissão da Diversidade Sexual e Combate a Homofobia da OAB/ São  
Paulo  
Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia  
Comissão de Diversidade Sexual da OAB/ Paraná  
Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da OAB/ Paraná  
COMTER – Núcleo de estudos sobre memória e conflitos territoriais – UFC /  
Ceará  
Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região Bahia  
Curso Técnico em segurança do Trabalho do Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG (Unidade Remota, Ijací) /  
Minas Gerais  
CUS – Grupo de Pesquisa em Cultura e Sexualidade – UFBA/ Bahia  
Demodê – Grupo de Pesquisas sobre Democracia e Desigualdades UnB/  
Distrito Federal  
Diversiones – Direitos humanos, poder e cultura em gênero e sexualidade –  
UFPE/ Pernambuco  
Edges – Grupo de Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual – USP/  
São Paulo  
Enlace – UNEB/Bahia  
FAGES – Núcleo de Família Gênero e Sexualidade – UFPE/ Pernambuco  
Focus – Grupo de Pesquisa sobre Educação, Instituições e Desigualdades –  
UNICAMP/São Paulo  
GEERGE – Grupo de Estudos em Educação e Relações de Gênero – UFRGS/  
Rio Grande do Sul  
GEMA – Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidade – UFPE/  
Pernambuco  
Gênero, Corporalidades, Direitos Humanos e Políticas Públicas – UEL/  
Paraná

Geni – Grupo de Estudos em Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades – UERJ/ Rio de Janeiro  
 GEPEM – Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” – UFPA/ Pará  
 GEPS – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Sexualidades – UNESP/ São Paulo  
 GERA – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais – UFPA/ Pará  
 GESECS -Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades – UFAM/ Amazonas  
 GETEPOL – Grupo Estudos em Teoria Política – UEL/Paraná  
 GIV – Grupo de Incentivo à Vida/ São Paulo  
 GPLutas – Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais – UFPB/ Paraíba  
 GREPO/PUC-SP – Grupo de Pesquisa Gênero, Religião e Política  
 GRUPESC -Grupo de Pesquisa Saúde, Sociedade e Cultura – UFPB/ Paraíba  
 Grupo Arco-íris de Cidadania LGBT/Rio de Janeiro  
 Grupo de estudos “Campo educacional e o estudo das categorias interseccionais” / Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos , Bioética e Educação – UFF/ Rio de Janeiro  
 Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidades – UESB/ Bahia  
 Grupo de Estudos em Saúde Coletiva, Educação e Relações de Gênero – EACH -USP/ São Paulo  
 Grupo de Estudos Gênero, Direitos Humanos, Raça/Etnia – Fundação Carlos Chagas  
 Grupo de pesquisa “Legado intelectual e produção literária de autoria feminina na América Latina” – UEL/Paraná  
 Grupo de Pesquisa (R)existências e metaquestões dos marcadores de diferença – UEL/Paraná  
 Grupo de pesquisa Cidade, Aldeia e Patrimônio – UFPA / Pará  
 Grupo de Pesquisa e Intervenção Violência e gênero nas práticas de saúde – FMUSP/ São Paulo  
 Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Entretenimento e Corpo – UFSCar/ São Paulo  
 Grupo de Pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e “Questão Social” – UNIOESTE/ Paraná  
 Grupo de pesquisa- Gênero, Políticas Públicas Família – UEL/ Paraná  
 Grupo de Pesquisa Saúde, Sexualidade e Direitos Humanos da População LGBT – FCMSCSP/ São Paulo  
 Grupo de Pesquisa Representação, Imaginário e Educação – UFF/ Rio de Janeiro  
 Grupo de Pesquisas “Trilhas do empoderamento de Mulheres” / NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher – UFBA/ Bahia

Grupo Humanidades e Saúde Coletiva – FMUSP/ São Paulo  
Grupo Transas do Corpo – Ações Educativas em Gênero, Saúde e Sexualidade  
Impróprias – Grupo de pesquisa em gênero, sexualidade e diferenças – UFMS/ Mato Grosso do Sul  
Instituto de Estudos de Gênero – UFSC/ Santa Catarina  
Instituto Patrícia Galvão-Mídia e Direitos / São Paulo  
Laboratório de Estudos de História – UFSC/ Santa Catarina  
Laboratório de Experimentações Etnográficas – UFSCar/ São Paulo  
Laboratório de Relações de Gênero e Família do Centro de Ciências Humanas e da Educação – UDESC/ Santa Catarina  
Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana – USP/ São Paulo  
Laboratório Genposs – Gênero, Serviços Sociais, e Política Social – UnB / Distrito Federal  
Laboratório Interdisciplinar de Ciências Humanas, Sociais e Saúde – Unifesp/ São Paulo  
LAPEE – Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional – UFSC/ Santa Catarina  
LAPPEL – Laboratório de pesquisa em psicanálise, epistemologia e linguagem – UFMS/ Mato Grosso do Sul  
LEFAM – Laboratório de Estudos da Família, Relações de Gênero e Sexualidade – USP/ São Paulo  
LIDIS – Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos da UERJ  
Mandacaru – Núcleo de Pesquisas em Gênero, Saúde e Direitos Humanos – UFAL/ Alagoas  
NaMargem – Núcleo de Pesquisas Urbanas – UFSCar/São Paulo  
NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – UFBA/ Bahia  
NEPAIDS – Núcleo de Estudos para a Prevenção da AIDS – USP/ São Paulo  
NEPJI – Núcleo de estudos e pesquisas sobre Juventude, Cultura, Identidade e Cidadania – UCSal/ Bahia  
NEPTA – Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia -UFAM/ Amazonas  
NIGS – Núcleo de Gênero e Subjetividade – UFSC/ Santa Catarina  
Nós do Sul: Laboratório de Estudos e Pesquisas Sobre Currículo – FURG/ Rio Grande do Sul  
Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT – UFMG/ Minas Gerais  
Núcleo de Estudos de Gênero – UFPR/ Paraná  
Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero – UFRJ/ Rio de Janeiro  
Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti – UNIFESP/ São Paulo  
Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos – UFT/ Tocantins

Núcleo de Pesquisa Gênero Corpo Sexualidade – UFRN/ Rio Grande do Norte  
Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo  
Núcleo Margens: modos de vida, família e relações de gênero – UFSC/ Santa Catarina  
NUDISEX – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual – UEM/Paraná  
NUMAS – Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença da USP/ São Paulo  
NUPSEX – Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero – UFRGS/ Rio Grande do Sul  
NuSEX – Núcleo de estudos em Corpos, Genero e Sexualidades – Museu Nacional/ Rio de Janeiro  
NUSS – Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade – UFC/ Ceará  
Observatório da Violência de Gênero no Amazonas – UfAM/ Amazonas  
OPEM – Grupo de Pesquisa Observatório de Pesquisas e Estudos Multidisciplinares – UEPB/ Paraíba  
Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero – Unicamp/ São Paulo  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – ONIOESTE (Campus de Toledo)/ Paraná  
Quererres – Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sexualidade – UFSCar/ São Paulo  
RIZOMA – UEFS/ Bahia  
RUMA – Grupo População, família e migração na Amazônia – UFPA/Pará  
SEXGEN – Grupo de Pesquisa Corpo, Gênero e Sexualidade – UFPA/ Pará  
Sociedade Brasileira de Sociologia

Publicado em originalmente em :

<http://mairakubik.cartacapital.com.br/2015/06/20/manifesto-pela-igualdade-de-genero-na-educacao/>